

04/04/2013

PLENÁRIO

EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 24.486 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
EMBTE.(S)	: EDMÉA CARVALHO AFFONSO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ATHEMAR DE SAMPAIO FERRAZ JÚNIOR E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA

Embargos de declaração em mandado de segurança. Conversão em agravo regimental. Desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária. Recurso não provido.

1. Segundo a jurisprudência da Suprema Corte, não se admite a oposição de embargos declaratórios contra decisão monocrática. Embargos recebidos como agravo regimental, nos termos dos precedentes.

2. Inexistência de nulidade em decreto que individualizou adequadamente o imóvel objeto da declaração de interesse social para fins de reforma agrária, não obstante ter havido erro material, o qual foi devidamente sanado.

3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, sob a presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em receber os embargos de declaração como agravo regimental. Acordam, ademais, os Ministros, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo, tudo nos termos do voto do Relator.

Brasília, 4 de abril de 2013.

MS 24486 ED / DF

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

04/04/2013

PLENÁRIO

EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 24.486 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
EMBTE.(S)	: EDMÉA CARVALHO AFFONSO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ATHEMAR DE SAMPAIO FERRAZ JÚNIOR E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Trata-se de embargos de declaração opostos por Edméa Carvalho Affonso e outros contra decisão pela qual neguei seguimento ao mandado de segurança. Eis o inteiro teor da decisão embargada:

“Vistos.

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por EDMÉA CARVALHO AFFONSO E OUTROS contra ato praticado pelo EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, com o objetivo de desconstituir decreto expropriatório de 21/11/02, pelo qual atesta o interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural de propriedade dos impetrantes.

Relatam que (i) o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA realizou vistoria em imóveis com matrículas distintas (nº 15.939 e nº 15.940), cujo laudo considerou a extensão de terra avaliada como imóvel único e indivisível; (ii) quanto ao imóvel matriculado sob o nº 15.940, ‘*após o falecimento de ÁLVARO AFFONSO DO NASCIMENTO, o imóvel constou do respectivo inventário (Processo nº 207/79), que resultou em formal de partilha datado de 28.06.79, passado pelo 1º Tabelião de Araçatuba, assinado pelo MM. Juiz de Direito, Dr. Mauro José Brambilla (fls. 4/5). Nessa oportunidade, foi observada a reserva de usufruto à viúva-meeira (EDMÉA CARVALHO AFFONSO), restando aos demais herdeiros fração*

MS 24486 ED / DF

ideal de nua propriedade;’ (iii) quanto à matrícula nº 15.939, trata-se de imóvel confinante ao acima referido, cuja propriedade atribui-se unicamente à impetrante EDMÉA CARVALHO AFFONSO; (iv) as alterações que a composição condominial da nua propriedade sofreu, foram devidamente registradas na matrícula nº 15.940; (v) vício nas notificações, em confronto com o art. 2º, §§2º e 3º, da Lei nº 8.629/93; (vi) confronto entre a área constante do Relatório de Fiscalização (RAF) e a presente nos registros dos imóveis, o que reflete nos cálculos dos índices de utilização e produtividade do imóvel; (vii) o decreto expropriatório foi expedido e publicado no diário oficial antes da apreciação do recurso administrativo interposto pelos impetrantes.

Requeru a concessão da medida liminar, e no mérito pugnou pela declaração de nulidade do ato impugnado.

O Ministro **Sepúlveda Pertence** solicitou prévias informações (fl. 548), as quais foram prestadas pela autoridade coatora (fls. 554 a 872), após o que, Sua Excelência indeferiu a liminar (fl. 883).

O parecer da douta Procuradoria-Geral da República foi pela denegação da ordem (fls. 885 a 891), por meio de parecer assim ementado:

‘Mandado de Segurança. Decreto expropriatório que declarou como de interesse social, para fins de reforma agrária, imóvel rural. Alegações de que não ocorreu a notificação pessoal de todos os proprietários para a vistoria; que a gleba expropriatória era menor que a aferida pelo INCRA; que o imóvel seria produtivo; que as decisões administrativas do processo não estariam fundamentadas; que o procedimento administrativo teria sido encaminhado a Brasília muito antes da apreciação de seu recurso, ou seja, o recurso teria então efeito suspensivo; que a gleba rural seria composta de pequenas propriedades (condomínio hereditário), caracterizadas então cada uma delas como médias propriedades rurais, o

MS 24486 ED / DF

que inviabilizaria a desapropriação-sanção prevista no artigo 184 da Constituição da República. O *mandamus* não é meio processual idôneo para a dilação probatória, não podendo discutir-se, então, quanto ao tamanho e a produtividade da gleba. A proprietária foi notificada por edital somente após infrutífera tentativa pela via postal. As decisões proferidas no procedimento administrativo foram devidamente fundamentados. Os recursos administrativos, em regra geral, não possuem efeito suspensivo (artigo 61 da Lei nº 9.784/99). A vistoria realizada no imóvel não verificou a existência do desmembramento alegado, ou seja, as unidades autônomas não estão delimitadas, portanto, a exploração continuaria sendo em condomínio, o que permite a caracterização de um único imóvel rural (artigo 4º da Lei nº 8.629/03). Ausência de direito líquido e certo a embasar a pretensão dos impetrantes. Parecer pela denegação da segurança.'

É o relatório. Decido.

I - A moldura fático-jurídica da impetração

Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, contra ato praticado pelo EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, consubstanciado na edição do decreto expropriatório de 21/11/02, pelo qual atesta o interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural de propriedade dos impetrantes.

O *mandamus* esta fundamentado nos seguintes argumentos fáticos e jurídicos:

a) o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA realizou vistoria em imóveis com matrículas distintas (nº 15.939 e nº 15.940), cujo laudo considerou a extensão de terra avaliada como imóvel único e indivisível;

b) as alterações da composição condominial da nua

MS 24486 ED / DF

propriedade sofreu, foram devidamente registradas na matrícula nº 15.940, de forma que *‘nenhum dos condôminos detém fração ideal superior a 12,50% do imóvel. Portanto, considerando-se que o módulo fiscal fixado para a região é de 30 hectares, verifica-se que nenhuma das frações ideais corresponde a uma área superior a dois módulos ruais e, assim sendo, enquadrados como pequenas propriedades, insuscetíveis de desapropriação, conforme o disposto pelo art. 4º, parágrafo único, da lei 8629/93 e art. 185, I, da Constituição Federal.’*;

c) contrariando o disposto no art. 2º, §§2º e 3º, da Lei nº 8.629/93, nem todos os condôminos do imóvel objeto da matrícula nº 15.940 não foram notificados pessoal e antecipadamente da referida vistoria. Defendem, *‘a ilegitimidade da notificação realizada por edital, pois esta somente deve ser adotada nos casos de ausência do proprietário, preposto ou representante legal, o que não corresponde ao caso dos autos, pois todos os coproprietários dos imóveis expropriados têm endereço certo e residência fixa neste país. (...) , embora conste afirmação em sentido contrário no relatório exarado após a vistoria, não há prova da tentativa de notificação por via postal a todos os nu-proprietários.’*

d) o Relatório de Fiscalização (RAF), elaborado pelo INCRA, afirma que encontrou em sua medição uma área de 963,4175 hectares. No entanto, os registros somados apontam uma área de 928,92 hectares, ou seja, um excedente de 34,49 hectares, *‘a fiscalização se contrapõe aos efeitos do registro público, que é oponível erga omnes. Deve ser observado o devido processo legal para a alteração da área do imóvel, nos termos a lei nº 8629/93’*;

e) *‘o excesso de área apontado no relatório do INCRA refletiu nos cálculos dos índices de utilização e produtividade do imóvel. Fato, esse, suficiente para invalidar o relatório’*;

f) *‘foi constatado que uma área de 268,2422 hectares foi vedada para a produção de sementes e reforma de pastagens, o que não impediu sua inclusão no cálculo da área utilizável, em confronto com o disposto no art. 6º, § 7º, da Lei 8699/93.’*;

g) *‘a despeito da constatação pela vistoria de que em 139,5068 hectares eram plantados com cana-de-açúcar, a referida área foi*

MS 24486 ED / DF

considerada como pastagens. Tal procedimento alterou o índice de produtividade do imóvel.’;

h) ‘os senhores vistores desprezaram ou invalidaram as principais provas que os proprietários dispunham para comprovar a produtividade de seu imóvel, assim procederam com abuso de poder.’;

i) O processo administrativo expropriatório não observou o contraditório e a ampla defesa;

j) O decreto expropriatório foi expedido e publicado no diário oficial antes da apreciação do recurso administrativo interposto pelos impetrantes, sendo assim nulo, de pleno direito, o decreto expropriatório;

l) O imóvel objeto da matrícula nº 15.940 ‘*não poderia ser objeto de desapropriação pela vedação disposta no art. 46, § 6º do Estatuto da Terra.*’

II - O caso dos autos e a natureza da ação mandamental

O mandado de segurança é remédio constitucional colocado à disposição do jurisdicionado quando seu direito líquido e certo estiver sendo violado ou ameaçado de lesão por ato de autoridade. Vide o que dispõe o artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal:

‘Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger **direito líquido e certo**, não amparado por ‘habeas-corpus’ ou ‘habeas-data’, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público; (grifou-se).’

MS 24486 ED / DF

É assente nesta Corte a impossibilidade de discutir em sede de mandado de segurança questões controversas que envolvam fatos e provas, em razão da impossibilidade de dilação probatória.

Esse entendimento corrobora a própria natureza do mandado de segurança, na medida em que é necessária a presença cristalina do direito líquido e certo. Sobre o tema, veja-se o que diz a doutrina:

‘Direito líquido e certo é o que se apresenta manifesta na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração. Por outras palavras, o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa, se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fato ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meio judiciais. (MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnold; MENDES, Gilmar Ferreira. **Mandado de segurança e ações constitucionais**. 22 ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 34).’

Extraí-se dos autos, em clara contraposição ao estreito limite da ação mandamental, a ausência de prova inequívoca do alegado pelos impetrantes, no que se refere às alegações acerca da produtividade do imóvel rural.

Para melhor análise, transcrevo o teor das referidas alegações: (i) *‘o excesso de área apontado no relatório do INCRA refletiu nos cálculos dos índices de utilização e produtividade do imóvel. Fato, esse, suficiente para invalidar o relatório’*; (ii) *‘foi constatado que uma área de 268,2422 hectares foi vedada para a produção de sementes e reforma de pastagens, o que não impediu sua inclusão no cálculo da área utilizável, em confronto com o disposto no*

MS 24486 ED / DF

art. 6º, § 7º, da Lei 8699/93.’; (iii) ‘a despeito da constatação pela vistoria de que em 139,5068 hectares eram plantados com cana-de-açúcar, a referida área foi considerada como pastagens. Tal procedimento alterou o índice de produtividade do imóvel.’; (iv) ‘os senhores vistoros desprezaram ou invalidaram as principais provas que os proprietários dispunham para comprovar a produtividade de seu imóvel, assim procederam com abuso de poder (...)’.

Isso porque a controvérsia documental em torno do índice de produtividade do imóvel rural basta para descaracterizar a necessária liquidez dos fatos subjacentes ao direito subjetivo invocado pelos impetrantes, tornando impertinente a utilização da via processual do mandado de segurança.

Nesse sentido, esta Corte já se manifestou, com relação à estreita natureza da ação mandamental, ressaltando a sua incompatibilidade com controvérsia acerca da produtividade do imóvel rural, veja-se:

‘AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. CONTROVÉRSIA ACERCA DA PRODUTIVIDADE DE IMÓVEL RURAL. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE DE PRODUIR PROVAS EM MANDADO DE SEGURANÇA. SUPOSTA TURBAÇÃO E ESBULHO OCORRIDA APÓS A REALIZAÇÃO DE VISTORIA DO INCRA. INEXISTÊNCIA DE ÓBICE À DESAPROPRIAÇÃO. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. EXISTÊNCIA DE LICENÇA . AGRAVO DESPROVIDO. I - O entendimento pacífico desta Corte é no sentido da impossibilidade de se discutir em sede de mandado de segurança questões controversas sobre a correta classificação da produtividade do imóvel suscetível de desapropriação, por demandar dilação probatória. Precedentes. II - A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a desapropriação somente é vedada nos casos em que o esbulho possessório ocorre

MS 24486 ED / DF

anteriormente ou durante a realização da vistoria, o que não é o caso dos autos. Precedentes. III – É possível a realização de desapropriação para fins de reforma agrária em imóveis abrangidos por áreas de proteção ambiental, desde que cumprida a legislação pertinente. Precedentes. No caso, foi obtida licença prévia para assentamento de reforma agrária. IV – Agravo regimental a que se nega provimento’ (MS nº 25.576 AgR/DF, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski**, Tribunal Pleno, DJe de 5/8/11)” (Grifei).

‘MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. NOTIFICAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE. INDIVIDUALIZAÇÃO DAS GLEBAS. PRODUTIVIDADE DO IMÓVEL. SEGURANÇA DENEGADA. É parte legítima para impetrar mandado de segurança contra decreto que declara de interesse social para fins de reforma agrária o atual proprietário do imóvel, ainda que outros fossem os proprietários no momento em que foi realizada a vistoria pelo INCRA. Inexistência de nulidade da notificação das então proprietárias do imóvel. Notificação feita por edital e acompanhamento pessoal, por uma das condôminas, do trabalho efetuado pelo INCRA. A ausência de registro individualizado no Cartório de Registro de Imóveis das glebas que cabem a cada uma das condôminas faz com que seja legítima a consideração do imóvel como um todo indiviso. **Impossibilidade de verificação da produtividade do imóvel, por demandar dilação probatória, incabível no mandado de segurança.** Ordem denegada’ (MS nº 25.325/DF, Relator o Ministro **Joaquim Barbosa**, Tribunal Pleno, DJ de 19/12/08)” (Grifei).

‘MANDADO DE SEGURANÇA - IMÓVEL RURAL - DESAPROPRIAÇÃO PARA REFORMA AGRARIA -

MS 24486 ED / DF

OFENSA A COISA JULGADA - INOCORRENCIA - EXISTÊNCIA DE MAIS DE UM IMÓVEL RURAL EM NOME DOS IMPETRANTES - IMPOSSIBILIDADE DE INCIDENCIA DA CLÁUSULA CONSTITUCIONAL DE INEXPROPRIABILIDADE (CF, ART. 185, "IN FINE") - INVOCAÇÃO DA PRODUTIVIDADE FUNDIARIA COMO FUNDAMENTO AUTONOMO DE IMPUGNAÇÃO DO DECRETO PRESIDENCIAL (CF, ART. 185, II) - CONTROVERSIA SOBRE A PRODUTIVIDADE DO IMÓVEL - ILIQUIDEZ DO DIREITO ALEGADO - 'WRIT' DENEGADO. - A CIRCUNSTANCIA DE HAVER SIDO ANTERIORMENTE CONCEDIDO MANDADO DE SEGURANÇA AOS IMPETRANTES, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DOS ATOS LEGISLATIVOS RECLAMADOS PELOS ARTS. 184, PAR. 3., E 185, I, DA CONSTITUIÇÃO, NÃO IMPEDE QUE O PRESIDENTE DA REPUBLICA, TENDO PRESENTE A EDIÇÃO SUPERVENIENTE DA LEI COMPLEMENTAR N. 76/93 E DA LEI N. 8.629/93 - E UMA VEZ OBSERVADOS OS PRESSUPOSTOS NELAS ESTABELECIDOS -, VENHA A RENOVAR, PARA FINS DE REFORMA AGRARIA, E SEM QUALQUER OFENSA A AUTORIDADE DA COISA JULGADA, DECLARAÇÃO EXPROPRIATORIA CONCERNENTE AO MESMO IMÓVEL RURAL. - PARA EFEITO DE REFORMA AGRARIA, A MEDIA PROPRIEDADE RURAL, AINDA QUE IMPRODUTIVA, CONSTITUI BEM OBJETIVAMENTE IMUNE A AÇÃO EXPROPRIATORIA DA UNIÃO FEDERAL, DESDE QUE O SEU TITULAR NÃO POSSUA OUTRO IMÓVEL RURAL (CF, ART. 185, I, C/C LEI N. 8.629/93, ART. 4., PARAGRAFO ÚNICO). UNITITULARIDADE DOMINIAL: CONDIÇÃO NÃO SATISFEITA PELOS IMPETRANTES. - A PROPRIEDADE PRODUTIVA INDEPENDENTEMENTE DE SUA EXTENSAO TERRITORIAL E DA CIRCUNSTANCIA DE O SEU TITULAR SER, OU NÃO, PROPRIETARIO DE

MS 24486 ED / DF

OUTRO IMÓVEL RURAL, REVELA-SE INTANGÍVEL A AÇÃO EXPROPRIATÓRIA DO PODER PÚBLICO EM TEMA DE REFORMA AGRÁRIA (CF, ART. 185, II), DESDE QUE COMPROVADO, DE MODO INQUESTIONÁVEL, PELO IMPETRANTE, O GRAU ADEQUADO E SUFICIENTE DE PRODUTIVIDADE FUNDIÁRIA. A CONTROVERSIA DOCUMENTAL EM TORNO DO ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DO IMÓVEL RURAL BASTA PARA DESCARACTERIZAR A NECESSÁRIA LIQUIDEZ DOS FATOS SUBJACENTES AO DIREITO SUBJETIVO INVOCADO PELOS IMPETRANTES, TORNANDO IMPERTINENTE, POR AUSÊNCIA DE UM DE SEUS REQUISITOS ESSENCIAIS, A UTILIZAÇÃO DA VIA PROCESSUAL DO MANDADO DE SEGURANÇA. PRECEDENTES. (MS nº 22.022/ES, Relator o Ministro **Celso de Mello**, Tribunal Pleno, DJ de 4/11/94)'.

Quanto às alegações concernentes à ilegalidade das notificações realizadas no âmbito administrativo, impõe-se registrar o teor da Lei nº 8.629/93, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, no seu artigo 2º, § 2º e § 3º, *in verbis*:

‘Art. 2º A propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação, nos termos desta lei, respeitados os dispositivos constitucionais.

(...)

§ 2º Para os fins deste artigo, fica a União, através do órgão federal competente, autorizada a ingressar no imóvel de propriedade particular para levantamento de dados e informações, mediante prévia comunicação escrita ao proprietário, preposto ou seu representante. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 3º Na ausência do proprietário, do preposto ou do

MS 24486 ED / DF

representante, **a comunicação será feita mediante edital**, a ser publicado, por três vezes consecutivas, em jornal de grande circulação na capital do Estado de localização do imóvel. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001) (...)’ (grifei).

De forma que não identifico nos autos violação cristalina ao disposto no texto legal, na medida em que está incontroverso nos documentos juntados pelos impetrantes (fls. 52 a 76), que as notificações foram endereçadas a todos os interessados, por meio de correspondência com aviso de recebimento e edital, com a respectiva autorização de publicação, por três vezes consecutivas, em jornal de grande circulação (fl. 72).

O Senhor Advogado-Geral da União, ao prestar as informações que foram solicitadas, defende (fls. 557/558):

‘Irregularidade da notificação – Para não fugir à regra geral, alegam os impetrantes irregularidade da notificação. Não é verdade. Dos 14 impetrantes, 12 doze foram notificados por correspondência expedida pelo INCRA e os dois restantes o foram por edital. A prova das comunicações pessoais encontra-se às fls. 26 a 32; já a dos dois outros que foram por edital, às fls. 33 e 34. E para que se legitime a notificação por edital, basta que não se encontre o proprietário, o preposto ou o representante, conforme previsto no § 3º do art. 2º da Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, com a redação dada pela Medida Provisória n. 2.183-56, de 24 de agosto de 2001 (...).’

Os impetrantes aduzem a nulidade do decreto expropriatório, também, em razão (i) da sua expedição e publicação no diário oficial antes da apreciação do recurso administrativo interposto e (ii) da não observância dos postulados do contraditório e ampla defesa durante o curso do procedimento administrativo.

Consigno, inicialmente, que, segundo o artigo 61 da Lei nº

MS 24486 ED / DF

9.784 de 1999, o recurso administrativo não tem efeito suspensivo, salvo disposição legal em contrário.

Assim, o decreto ora impugnado não incorre em nulidade, na medida em que no caso de processo administrativo para desapropriação, visando ao implemento da reforma agrária, tem-se que a ausência de eficácia suspensiva do recurso administrativo não obsta a edição do decreto desapropriatório. Nesse sentido, cito os seguintes precedentes:

‘MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA AMPLA DEFESA. INOCORRÊNCIA. 1. **Recurso administrativo. Art. 61 da Lei 9.784/99. Inexistência de efeito suspensivo e de impedimento à edição do decreto expropriatório.** 2. **Análise da produtividade do imóvel: questão que foge ao âmbito do mandado de segurança.** 3. Código Florestal, art. 16, § 2º. Não deve ser considerada, simplesmente, a reserva legal de 20%, mas sim a área efetivamente preservada. 4. Inexistência de direito líquido e certo. 5. **Segurança denegada.**’ (MS nº 24.449/DF, Relatora a Ministra **Ellen Gracie**, Tribunal Pleno, DJe 25/4/08) (Grifei).

‘CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO. DECRETO PRESIDENCIAL QUE DECLARA IMÓVEL RURAL DE INTERESSE SOCIAL, PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. 1. Vistoria realizada pelos técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra prescinde da intimação feita pessoalmente a ambos os cônjuges. 2. Desnecessária a intimação da entidade de classe quando não foi ela quem indicou ao órgão fundiário federal a área passível de desapropriação para fins de reforma agrária. 3. **Existência de recurso em processo**

MS 24486 ED / DF

administrativo não impede a expedição do decreto expropriatório. 4. Índice de produtividade do imóvel: questão que não se discute na via do mandado de segurança. Precedentes. 5. Mandado de segurança denegado. (MS nº 26.121/DF, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, Tribunal Pleno, DJe de 4/4/08) *(Grifei)*.

‘DESAPROPRIAÇÃO - REFORMA AGRÁRIA - VISTORIA. Descabe confundir com vistoria simples manifestação de agrônomo em laudo pericial. RECURSO ADMINISTRATIVO - EFEITO. Segundo o artigo 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, "salvo disposição legal em contrário, o recurso administrativo não tem efeito suspensivo". A regra incide em se tratando de processo administrativo para desapropriação que vise ao implemento da reforma agrária. DESAPROPRIAÇÃO - INTERESSE SOCIAL - DECRETO - OPORTUNIDADE E ALCANCE. A ausência de eficácia suspensiva do recurso administrativo viabiliza a edição do decreto desapropriatório no que apenas formaliza a declaração de interesse social, relativamente ao imóvel, para efeito de reforma agrária, decorrendo a perda da propriedade de decisão na ação desapropriatória, não mais sujeita, na via recursal, a alteração.’ (MS nº 25.477/DF, Relator o Ministro **Marco Aurélio**, Tribunal Pleno, DJe de 2/5/08) *(Grifei)*.

“MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO. ALEGAÇÃO DE DISCREPÂNCIA ENTRE AS ÁREAS VISTORIADAS E AS CONSTANTES DO DECRETO PRESIDENCIAL. ERRO NA AVALIAÇÃO DE PRODUTIVIDADE. DEMONSTRAÇÃO COM LAUDO PARTICULAR. INVASÃO POR INTEGRANTES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. ALTERAÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO IMÓVEL. DECRETO EDITADO ANTES DA

MS 24486 ED / DF

FINALIZAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. EXISTÊNCIA DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NÃO CONSIDERADA PELO INCRA. A apreciação da produtividade do imóvel e a comprovação de eventual discrepância de metragem das áreas físicas em discussão demandam dilação probatória inviável no espectro processual do mandado de segurança. A jurisprudência do STF é firme em considerar que as invasões hábeis a ensejar a aplicação do § 6º do art. 2º da Lei nº 8.629/93 são aquelas ocorridas durante a vistoria, ou antes dela (MS 26.136). No caso, a invasões ocorreram vários meses depois da medida administrativa. A interposição de recurso administrativo não impede a edição de atos pela Administração Pública, nos termos da Lei nº 9.784/99. Os recursos administrativos não têm efeito suspensivo. Precedente: MS 24.163. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a área de reserva florestal não identificada no registro imobiliário não é de ser subtraída da área total do imóvel para o fim de cálculo da produtividade. Precedente: MS 22.688. Mandado de segurança indeferido” (MS nº 25.186/DF, Relator o Ministro **Ayres Britto, Tribunal Pleno, DJ de 2/3/07) (*Grifei*).**

“RECURSO ADMINISTRATIVO - EFEITO. Segundo o artigo 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, "salvo disposição legal em contrário, o recurso administrativo não tem efeito suspensivo". A regra incide em se tratando de processo administrativo para desapropriação que vise ao implemento da reforma agrária. DESAPROPRIAÇÃO - INTERESSE SOCIAL - DECRETO - OPORTUNIDADE E ALCANCE. A ausência de eficácia suspensiva do recurso administrativo viabiliza a edição do decreto desapropriatório no que apenas formaliza a declaração de interesse social, relativamente ao imóvel, para efeito de reforma agrária, decorrendo a

MS 24486 ED / DF

perda da propriedade de decisão na ação desapropriatória, não mais sujeita, na via recursal, a alteração.” (MS nº 24.163/DF, Relator o Ministro **Marco Aurélio**, Tribunal Pleno, DJ de 19/9/2003) (*Grifei*).

Ademais, registro que a hipotética atribuição de efeito suspensivo ao recurso administrativo interposto pelos impetrantes, por si só, seria suficiente para impedir o conhecimento do presente *mandamus*, ante o alcance da norma contida no artigo 5º, inciso I, da Lei nº 1.533/1951 (artigo 5º, inciso I, da Lei nº 12.016/2009), segundo a qual *‘não se dará mandado de segurança quando se tratar de ato de que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independente de caução’*.

Da mesma forma, não vislumbro latente vício referente à não observância dos postulados do contraditório e ampla defesa, haja vista a manifesta participação dos impetrantes no curso do procedimento administrativo, evidenciado às fls. 692 a 743, dos presentes autos.

Passo, agora, a enfrentar os seguintes argumentos, apresentados pelos impetrantes: (i) *‘as alterações da composição condominial da nua propriedade, foram devidamente registradas na matrícula nº 15.940, de forma que nenhum dos condôminos detém fração ideal superior a 12,50% do imóvel, sendo enquadrados como pequenas propriedades, insuscetíveis de desapropriação, conforme o disposto pelo art. 4º, parágrafo único, da lei 8629/93 e art. 185, I, da Constituição Federal’*; (ii) *‘o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA realizou vistoria em imóveis com matrículas distintas (nº 15.939 e nº 15.940), cujo laudo considerou a extensão de terra avaliada como imóvel único e indivisível’*; (iii) *‘o Relatório de Fiscalização (RAF), elaborado pelo INCRA, afirma que encontrou em sua medição uma área de 963,4175 hectares. No entanto, os registros somados apontam uma área de 928,92 hectares, ou seja, um excedente de 34,49 hectares, a fiscalização se contrapõe aos efeitos do registro público, que é oponível erga omnes’*; (iv) *‘o imóvel objeto da matrícula nº 15.940 não poderia ser objeto de desapropriação pela vedação disposta no art. 46, § 6º do Estatuto da Terra’*.

MS 24486 ED / DF

Afasto, em primeiro lugar, a tese de que o registro das alterações da composição condominial da nua propriedade, efetuadas na matrícula nº 15.940, é suficiente para enquadrar as frações ideais em pequenas propriedades, insuscetíveis de desapropriação.

Isso porque verifico do exame da matrícula nº 15.940 (fls. 267 a 270) que a 'Fazenda Floresta' foi transferida aos impetrantes, averbando-se a divisão do bem da seguinte forma:

'R.01-M-15.940 – Do formal de partilha datado de 28/06/79, passado pelo 1º Tab local, assinado pelo MM Juiz de Direito, Dr. Mauro José Brambilla, extraído dos autos de inventario (Proc. Nº 207/79, dos bens deixados por falecimento do proprietário ALVARO AFFONSO DO NASCIMENTO ocorrido em 01/02/79, verifica-se que por sentença de 26/6/79, foi atribuído à Iolanda Pascoal Pereira de Moraes, (...), **parte ideal de 10% na nua propriedade do imóvel matriculado (...).**

R.02-M-15.940 – Do formal de partilha datado de 28/06/79, passado pelo 1º Tab local, assinado pelo MM Juiz de Direito, Dr. Mauro José Brambilla, extraído dos autos de inventario (Proc. Nº 207/79, dos bens deixados por falecimento do proprietário ALVARO AFFONSO DO NASCIMENTO ocorrido em 01/02/79, verifica-se que por sentença de 26/6/79, foi atribuído à Rogério Afonso Pascoal, (...), **parte ideal de 25% na nua propriedade do imóvel matriculado (...).**

R.03-M-15.940 – Do formal de partilha datado de 28/06/79, passado pelo 1º Tab local, assinado pelo MM Juiz de Direito, Dr. Mauro José Brambilla, extraído dos autos de inventario (Proc. Nº 207/79, dos bens deixados por falecimento do proprietário ALVARO AFFONSO DO NASCIMENTO ocorrido em 01/02/79, verifica-se que por sentença de 26/6/79, foi atribuído à Roberto Afonso Paschoal, (...), **parte ideal de 25% na nua propriedade do imóvel matriculado (...).**

MS 24486 ED / DF

R.04-M-15.940 – Do formal de partilha datado de 28/06/79, passado pelo 1º Tab local, assinado pelo MM Juiz de Direito, Dr. Mauro José Brambilla, extraído dos autos de inventario (Proc. Nº 207/79, dos bens deixados por falecimento do proprietário ALVARO AFFONSO DO NASCIMENTO ocorrido em 01/02/79, verifica-se que por sentença de 26/6/79, foi atribuído à Ronaldo Afonso Paschoal, (...), **parte ideal de 25% na nua propriedade do imóvel matriculado (...).**

R.05-M-15.940 – Do formal de partilha datado de 28/06/79, passado pelo 1º Tab local, assinado pelo MM Juiz de Direito, Dr. Mauro José Brambilla, extraído dos autos de inventario (Proc. Nº 207/79, dos bens deixados por falecimento do proprietário ALVARO AFFONSO DO NASCIMENTO ocorrido em 01/02/79, verifica-se que por sentença de 26/6/79, foi atribuído à Cecília Afonso Pacoal, (...), **parte ideal de 15% na nua propriedade do imóvel matriculado (...).**

R.06-M-15.940 – Do formal de partilha datado de 28/06/79, passado pelo 1º Tab local, assinado pelo MM Juiz de Direito, Dr. Mauro José Brambilla, extraído dos autos de inventario (Proc. Nº 207/79, dos bens deixados por falecimento do proprietário ALVARO AFFONSO DO NASCIMENTO ocorrido em 01/02/79, verifica-se que por sentença de 26/6/79, **foi atribuído à viúva meeira Edméa Carvalho Afonso, (...), o usufruto vitalício sobre o imóvel matriculado, (...).**' (Grifei)

Frise-se que o registro público é revestido de presunção **iuris tantum**, prevalecendo nos estritos termos de seu conteúdo e está presente, **in casu**, situação condominial em que não há especificação da parte certa de cada um dos proprietários, desdobradas em matrículas próprias no registro imobiliário, o que afasta a titularidade de propriedades distintas.

Nesse sentido firmou-se o entendimento desta Suprema

MS 24486 ED / DF

Corte, ao afirmar a necessidade do registro individualizado em matrículas próprias para que se opere a transformação das partes ideais do bem imóvel em propriedades distintas, veja-se:

‘(...)

A divisão do imóvel rural, por constituir direito assegurado ao condômino pelo ordenamento positivo, pode ocorrer mesmo quando já iniciada a fase administrativa do procedimento expropriatório instaurado para fins de reforma agrária. Se, da divisão do imóvel, resultarem glebas que, **objeto de matrícula e registro próprios**, venham a qualificar-se como médias propriedades rurais, tornar-se-á impossível a desapropriação-sanção prevista no art. 184 da Carta Política (...)’ (MS nº 21.919/PE, Relator o Ministro **Celso de Mello**, Tribunal Pleno, DJ de 6/6/97)” (grifei).

‘Mandado de segurança. Desapropriação para fins de reforma agrária. - A questão da produtividade do imóvel se situa no terreno dos fatos controvertidos, não dando margem, assim, a ser dirimida em mandado de segurança. - Improcedência da alegação de falta de notificação prévia para a vistoria do imóvel. - Esta Corte tem se orientado no sentido de que, se do desdobramento do imóvel, ainda que ocorrido durante a fase administrativa do procedimento expropriatório, **resultarem glebas, objeto de matrícula e registro próprios**, que se caracterizam como médias propriedades rurais, e desde que seu proprietário não possua outra, não será possível sua desapropriação-sanção para fins de reforma agrária. É o que sucede, no caso, em virtude de doação a filhos como adiantamento de legítima. Impossibilidade de em mandado de segurança se desconstituir o registro pelo exame da ocorrência, ou não, de simulação ou de fraude. Mandado de segurança deferido’ (MS nº 22.591/PB, Relator o Ministro **Moreira Alves**, Tribunal Pleno, DJ de

MS 24486 ED / DF

14/11/03)” (grifei).

Em segundo momento, apresenta-se a salutar distinção entre a titularidade do imóvel rural e sua integridade física como uma só unidade de exploração, na medida em que o conteúdo do artigo 184 da Constituição Federal consigna a expressão ‘imóvel rural’, cujo conceito encontra-se no artigo 4º, inciso I, do Estatuto da Terra, **in verbis**:

“Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I - ‘Imóvel Rural’, o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada; (...).’

Nesse sentido, para ressaltar a diferença existente entre o conceito legal de imóvel rural e propriedade rural, rememoro a jurisprudência desta Corte quanto ao artigo 184 da Constituição Federal, veja-se:

‘CONSTITUCIONAL. REFORMA AGRÁRIA. DESAPROPRIAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. LEGITIMIDADE DO CO-HERDEIRO PARA IMPETRAÇÃO [ART. 1º, § 2º, DA LEI N. 1.533/51]. SAISINE. MÚLTIPLA TITULARIDADE. PROPRIEDADE ÚNICA ATÉ A PARTILHA. ART. 46, § 6º, DO ESTATUTO DA TERRA. FINALIDADE ESTRITAMENTE TRIBUTÁRIA. FINALIDADE DO CADASTRO NO SNCR-INCRA. CONDOMÍNIO. AUSÊNCIA DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DE PARTES CERTAS. UNIDADE DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO IMÓVEL RURAL. ART. 4º, I, DO ESTATUTO DA TERRA. VIABILIDADE DA DESAPROPRIAÇÃO. ART. 184 DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 2. Qualquer dos co-herdeiros é, à luz do que dispõe o art. 1º, § 2º, da Lei n. 1.533/51, parte legítima para

MS 24486 ED / DF

a propositura do writ. 3. A saisine torna múltipla apenas a titularidade do imóvel rural, que permanece uma única propriedade até que sobrevenha a partilha [art. 1.791 e parágrafo único do vigente Código Civil]. 4. A finalidade do art. 46, § 6º, do Estatuto da Terra [Lei n. 4.504/64] é instrumentar o cálculo do coeficiente de progressividade do Imposto Territorial Rural - ITR. O preceito não deve ser usado como parâmetro de dimensionamento de imóveis rurais destinados à reforma agrária, matéria afeta à Lei n. 8.629/93. Precedente [MS n. 24.573, Relator para o Acórdão o Ministro EROS GRAU, DJ 15.12.2006]. 5 **A existência de condomínio sobre o imóvel rural não impede a desapropriação-sanção do art. 184 da Constituição do Brasil, cujo alvo é o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.** Precedente [MS n. 24.503, Relator o Ministro MARCO AURÉLIO, DJ de 05.09.2003]. 6. O cadastro efetivado pelo SNCR-INCRA possui caráter declaratório e tem por finalidade: i] o levantamento de dados necessários à aplicação dos critérios de lançamentos fiscais atribuídos ao INCRA e à concessão das isenções a eles relativas, previstas na Constituição e na legislação específica; e ii] o levantamento sistemático dos imóveis rurais, para conhecimento das condições vigentes na estrutura fundiária das várias regiões do País, visando à provisão de elementos que informem a orientação da política agrícola a ser promovida pelos órgãos competentes. 7. **O conceito de imóvel rural do art. 4º, I, do Estatuto da Terra contempla a unidade da exploração econômica do prédio rústico, distanciando-se da noção de propriedade rural.** Precedente [MS n. 24.488, Relator o Ministro EROS GRAU, DJ de 03.06.2005]. 8. **O registro público prevalece nos estritos termos de seu conteúdo, revestido de presunção iuris tantum. Não se pode tomar cada parte ideal do condomínio, averbada no registro imobiliário de forma abstrata, como propriedade distinta para fins de reforma agrária.** Precedentes [MS n. 22.591,

MS 24486 ED / DF

Relator o Ministro MOREIRA ALVES, DJ de 14.11.2003 e MS n. 21.919, Relator o Ministro CELSO DE MELLO, DJ de 06.06.97]. Segurança denegada' (MS nº 26.129/DF, Relator o Ministro **Eros Grau**, Tribunal Pleno, DJe de 23/8/07) (*Grifei*).

'CONSTITUCIONAL. REFORMA AGRÁRIA. DESAPROPRIAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. LEGITIMIDADE DO CO-HERDEIRO PARA IMPETRAÇÃO [ART. 1º, § 2º, DA LEI N. 1.533/51]. **SAISINE. MÚLTIPLA TITULARIDADE. PROPRIEDADE ÚNICA ATÉ A PARTILHA. ALTERAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ART. 46, § 6º, DO ESTATUTO DA TERRA. FINALIDADE ESTRITAMENTE TRIBUTÁRIA. FINALIDADE DO CADASTRO NO SNCR-INCRA. CONDOMÍNIO. AUSÊNCIA DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DE PARTES CERTAS. UNIDADE DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO IMÓVEL RURAL. ART. 4º, I, DO ESTATUTO DA TERRA. VIABILIDADE DA DESAPROPRIAÇÃO. ART. 184, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 2. Qualquer dos co-herdeiros é, à luz do que dispõe o art. 1º, § 2º, da Lei n. 1.533/51, parte legítima para a propositura do writ. 3. A **saisine** torna múltipla apenas a titularidade do imóvel rural, que permanece uma única propriedade até que sobrevenha a partilha [art. 1.791 e parágrafo único do vigente Código Civil]. 4. A finalidade do art. 46, § 6º, do Estatuto da Terra [Lei n. 4.504/64] é instrumentar o cálculo do coeficiente de progressividade do Imposto Territorial Rural - ITR. O preceito não deve ser usado como parâmetro de dimensionamento de imóveis rurais destinados à reforma agrária, matéria afeta à Lei n. 8.629/93. 5 **A existência de condomínio sobre o imóvel rural não impede a desapropriação-sanção do art. 184 da Constituição do Brasil, cujo alvo é o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.** Precedente [MS n. 24.503, Relator o Ministro MARCO AURÉLIO, DJ de**

MS 24486 ED / DF

05.09.2003]. 6. O cadastro efetivado pelo SNCR-INCRA possui caráter declaratório e tem por finalidade: i] o levantamento de dados necessários à aplicação dos critérios de lançamentos fiscais atribuídos ao INCRA e à concessão das isenções a eles relativas, previstas na Constituição e na legislação específica; e ii] o levantamento sistemático dos imóveis rurais, para conhecimento das condições vigentes na estrutura fundiária das várias regiões do País, visando à provisão de elementos que informem a orientação da política agrícola a ser promovida pelos órgãos competentes. 7. **O conceito de imóvel rural do art. 4º, I, do Estatuto da Terra, contempla a unidade da exploração econômica do prédio rústico, distanciando-se da noção de propriedade rural.** Precedente [MS n. 24.488, Relator o Ministro EROS GRAU, DJ de 03.06.2005]. 8. **O registro público prevalece nos estritos termos de seu conteúdo, revestido de presunção iuris tantum. Não se pode tomar cada parte ideal do condomínio, averbada no registro imobiliário de forma abstrata, como propriedade distinta, para fins de reforma agrária.** Precedentes [MS n. 22.591, Relator o Ministro MOREIRA ALVES, DJ de 14.11.2003 e MS n. 21.919, Relator o Ministro CELSO DE MELLO, DJ de 06.06.97]. Segurança denegada' (MS nº 24.573/DF, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, Tribunal Pleno, DJ de 15/12/06) (*Grifei*).

‘CONSTITUCIONAL. REFORMA AGRÁRIA. DESAPROPRIAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. LEGITIMIDADE DO CO-HERDEIRO PARA IMPETRAÇÃO [ART. 1º, § 2º, DA LEI N. 1.533/51]. SAISINE. MÚLTIPLA TITULARIDADE. PROPRIEDADE ÚNICA ATÉ A PARTILHA. ALTERAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ART. 46, § 6º, DO ESTATUTO DA TERRA. FINALIDADE ESTRITAMENTE TRIBUTÁRIA. FINALIDADE DO CADASTRO NO SNCR-INCRA. CONDOMÍNIO. AUSÊNCIA DE REGISTRO

MS 24486 ED / DF

IMOBILIÁRIO DE PARTES CERTAS. UNIDADE DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO IMÓVEL RURAL. ART. 4º, I, DO ESTATUTO DA TERRA. VIABILIDADE DA DESAPROPRIAÇÃO. ART. 184, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 2. Qualquer dos co-herdeiros é, à luz do que dispõe o art. 1º, § 2º, da Lei n. 1.533/51, parte legítima para a propositura do **writ**. 3. A **saisine** torna múltipla apenas a titularidade do imóvel rural, que permanece uma única propriedade até que sobrevenha a partilha [art. 1.791 e parágrafo único do vigente Código Civil]. 4. A finalidade do art. 46, § 6º, do Estatuto da Terra [Lei n. 4.504/64] é instrumentar o cálculo do coeficiente de progressividade do Imposto Territorial Rural - ITR. O preceito não deve ser usado como parâmetro de dimensionamento de imóveis rurais destinados à reforma agrária, matéria afeta à Lei n. 8.629/93. 5 **A existência de condomínio sobre o imóvel rural não impede a desapropriação-sanção do art. 184 da Constituição do Brasil, cujo alvo é o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.** Precedente [MS n. 24.503, Relator o Ministro MARCO AURÉLIO, DJ de 05.09.2003]. 6. O cadastro efetivado pelo SNCR-INCRA possui caráter declaratório e tem por finalidade: i] o levantamento de dados necessários à aplicação dos critérios de lançamentos fiscais atribuídos ao INCRA e à concessão das isenções a eles relativas, previstas na Constituição e na legislação específica; e ii] o levantamento sistemático dos imóveis rurais, para conhecimento das condições vigentes na estrutura fundiária das várias regiões do País, visando à provisão de elementos que informem a orientação da política agrícola a ser promovida pelos órgãos competentes. 7. **O conceito de imóvel rural do art. 4º, I, do Estatuto da Terra, contempla a unidade da exploração econômica do prédio rústico, distanciando-se da noção de propriedade rural.** Precedente [MS n. 24.488, Relator o Ministro EROS GRAU, DJ de 03.06.2005]. 8. O registro público prevalece nos

MS 24486 ED / DF

estritos termos de seu conteúdo, revestido de presunção **iuris tantum**. Não se pode tomar cada parte ideal do condomínio, averbada no registro imobiliário de forma abstrata, como propriedade distinta, para fins de reforma agrária. Precedentes [MS n. 22.591, Relator o Ministro MOREIRA ALVES, DJ de 14.11.2003 e MS n. 21.919, Relator o Ministro CELSO DE MELLO, DJ de 06.06.97]. Segurança denegada' (MS nº 24.573/DF, Relator para o acórdão o Ministro **Eros Grau**, Tribunal Pleno, DJ de 15/12/06) (*Grifei*).

'CONSTITUCIONAL. AGRÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DE UM DOS CO-PROPRIETÁRIOS. INTIMAÇÃO DOS DEMAIS CONDÔMINOS POR EDITAL. ART. 2º, §§ 2º e 3º, DA LEI N. 8.629/93. VALIDADE. CONDOMÍNIO. AUSÊNCIA DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DE PARTES CERTAS. UNIDADE DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO IMÓVEL RURAL. ART. 4º, I, DO ESTATUTO DA TERRA. VIABILIDADE DA DESAPROPRIAÇÃO. ART. 184, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. PRODUTIVIDADE DO IMÓVEL. DILAÇÃO PROBATÓRIA. APRECIAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSSIBILIDADE. 1. Reputa-se válida a notificação prévia quando, intimado um dos co-proprietários por via postal, com aviso de recebimento, a comunicação aos demais condôminos é realizada mediante publicação de edital, na forma do art. 2º, §§ 2º e 3º, da Lei n. 8.629/93. 2. **A existência de condomínio sobre o imóvel rural não impede a desapropriação-sanção do art. 184 da Constituição do Brasil, cujo alvo é o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.** Precedente [MS n. 24.503, Relator o Ministro MARCO AURÉLIO, DJ 05.09.2003]. 3. **O registro público prevalece nos estritos termos de seu conteúdo, revestido de presunção iuris tantum. Não se**

MS 24486 ED / DF

pode tomar cada parte ideal do condomínio, averbada no registro imobiliário de forma abstrata, como propriedades distintas, para fins de reforma agrária. Precedentes [MS n. 22.591, Relator o Ministro MOREIRA ALVES, DJ 14.11.2003 e MS n. 21.919, Relator o Ministro CELSO DE MELLO, DJ 06.06.97]. 4. O conceito de imóvel rural do art. 4º, I, do Estatuto da Terra, contempla a unidade da exploração econômica do prédio rústico, distanciando-se da noção de propriedade rural. 5. A impossibilidade de dilação probatória em mandado de segurança torna insuscetível de apreciação a questão relativa à produtividade do imóvel rural. Precedente [MS n. 24.518, Relator o Ministro CARLOS VELLOSO, DJ 30.04.2004]. 6. Segurança denegada' (MS nº 24.488/DF, Relator o Ministro Eros Grau, Tribunal Pleno, DJ de 3/6/05) (Grifei).

'DESAPROPRIAÇÃO - REFORMA AGRÁRIA - OBJETO. A teor do disposto no artigo 184 da Constituição Federal, o alvo da reforma agrária é o "imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social", pouco importando a existência, sob o ângulo da propriedade, de condomínio. DESAPROPRIAÇÃO - REFORMA AGRÁRIA - LAUDO DO INCRA - IMPUGNAÇÃO - DECISÃO. Mostra-se fundamentada decisão proferida no processo administrativo, a acatar parecer do setor técnico. DESAPROPRIAÇÃO - REFORMA AGRÁRIA - DECRETO - LIMINAR EM CAUTELAR DE ANTECIPAÇÃO DE PROVA. A liminar deferida em cautelar de antecipação de prova não afasta, do cenário jurídico, decreto desapropriatório, podendo repercutir na ação desapropriatória. DESAPROPRIAÇÃO - REFORMA AGRÁRIA - PRODUTIVIDADE DO IMÓVEL - MANDADO DE SEGURANÇA. A ausência de dilação probatória torna inapropriada discussão sobre a produtividade do imóvel rural, prevalecendo laudo

MS 24486 ED / DF

técnico elaborado pelo INCRA' (MS nº 24.503/DF, Relator o Ministro **Marco Aurélio**, Tribunal Pleno, DJ de 5/9/03) (Grifei).

Em decisão monocrática, no MS nº 25.524/DF (DJe de 20/9/11), o eminente Ministro **Joaquim Barbosa**, assentou:

‘Trata-se de mandado de segurança impetrado por Lavínia Paiva Furtado, Cristiane Paiva Furtado de Moraes, Marcelo Paiva Furtado e Atacir José Furtado contra o decreto do Presidente da República de 9 de maio de 2005 que declarou de interesse social para fins de desapropriação para reforma agrária o imóvel rural denominado Fazenda São Miguel e Palestina localizado no município de Mimoso do Sul-ES.

Os impetrantes dizem ser coproprietários de três imóveis rurais distintos (Fazenda Palestina, Fazenda São Miguel do Norte e Fazenda São Miguel). **Estes imóveis, segundo alegam, são objeto de três matrículas distintas no registro de imóveis da Comarca em que se localizam, bem como foram cadastrados de maneira independente no cadastro de imóveis rurais mantido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).**

À luz da realidade acima descrita, os impetrantes consideram irregular o ato administrativo realizado pela superintendência regional do Incra no Estado do Espírito Santo que propôs a declaração de interesse social para fins de reforma agrária.

Neste sentido, a alegação dos impetrantes é que, ao contrário do que seria esperado em virtude da existência de registros de três imóveis distintos, a superintendência regional do Incra concluiu que a área de propriedade dos impetrantes deve ser considerada um único imóvel rural para fins de desapropriação.

De acordo com os impetrantes, os três imóveis rurais de sua propriedade, tomados individualmente, devem ser

MS 24486 ED / DF

considerados médias propriedades rurais e, por esta razão, insuscetíveis de desapropriação para reforma agrária, por força do inc. I do art. 185 da Constituição, norma disciplinada pelo inc. III do art. 4º da Lei 8.629/1993. Quanto a este ponto, os impetrantes argumentam que não teria havido desmembramento recente, uma vez que a situação registral dos três imóveis remontaria a 1985, ano em que teriam sido adquiridos.

As informações prestadas pelo Presidente da República dão conta de que o imóvel rural em referência, muito embora fosse formado a partir da reunião de três partes menores, cada uma delas alvo de uma matrícula distinta no registro de imóveis e no cadastro do Incra, constituía, na prática, um único imóvel rural. Essa conclusão a que chegou a superintendência regional do Incra apoiou-se nos indícios colhidos quando da vistoria do imóvel, especialmente o fato de que os três imóveis eram administrados como se fossem um só. De acordo com a passagem da laudo de vistoria do Incra transcrita a fls. 86-87: O imóvel se caracteriza como único composto por vários títulos, por possuir um só gerente – Luís Carlos Falcão (Cacau); no IDAF/Mimoso do Sul existe apenas uma ficha de controle de vacinação; e o rebanho bovino recebe manejo conjuntamente, ou seja, não há gado de fulano ou de beltrano, respectivamente, em pasto de fulano ou de beltrano. Na prática diária há formalmente o gado da fazenda São Miguel/Palestina pastando em todo o imóvel, recebendo manejo em mangas ou, como informaram, deslocados de um imóvel para o outro como um só rebanho.

Em decisão do dia 27.09.2005 (fls. 175-176), indeferi o pedido de liminar.

A Procuradoria-Geral da República manifestou-se (fls. 178-180) pela denegação do mandado de segurança, por serem as propriedades dos impetrantes exploradas como um conjunto consolidado, devendo-se, assim,

MS 24486 ED / DF

examiná-las como uma unidade econômica.

Citou aresto desta Corte (MS 24.488, rel. min. Eros Grau, Pleno, DJ 03.06.2005) que corrobora tal entendimento.

É o relatório.

Decido.

Afasto, em primeiro lugar, possível argumento no sentido de que o fato de existir um condomínio sobre o imóvel declarado de interesse social bastaria para excluir a possibilidade de desapropriação para reforma agrária. Esta Corte, em inúmeras decisões, já assentou não ser a condição de condomínio suficiente para invalidar o ato expropriatório. A esse respeito, consultem-se o MS 24.488, rel. min. Eros Grau, DJ 03.06.2005, e o MS 24.503, rel. min. Marco Aurélio, DJ 05.09.2003, cuja ementa transcreve-se:

(...)

Essa orientação foi reafirmada por ocasião do julgamento do MS 24.573, rel. p. acórdão min. Eros Grau, DJ 15.12.2006, e do MS 25.429, rel. min. Ricardo Lewandowski, decisão monocrática, DJ 16.02.2011. Assim, tenho por consistente o argumento que consta do laudo agrônômico do INCRA que considerou as propriedades conjuntamente devido ao fato de sua exploração se dar de maneira homogênea.

Ante o exposto, denego a segurança (art. 205 do RISTF).'

Com efeito, extrai-se dos autos que o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA – ao apurar as matrículas nº 15.939 e nº 15.940 como unidade única de exploração, considerando as propriedades conjuntas devido ao fato de sua exploração se dar de maneira homogênea, atuou em consonância com os ditames do artigo 184 da Constituição Federal e artigo 4º, inciso I, do Estatuto da Terra.

Forçoso reconhecer, assim, a ausência do direito líquido e certo a amparar a pretensão dos impetrantes; mostra-se de

MS 24486 ED / DF

rigor, portanto, denegar-se a ordem.

Anote-se, por oportuno que, nos termos do artigo 205 do Regimento Interno desta Corte, em hipóteses como a presente, em que o mandado de segurança versar *matéria objeto de jurisprudência consolidada do Tribunal*, poderá o relator decidi-lo monocraticamente.

E tal tipo de agir, conferido ao relator do feito, também já foi submetido ao crivo do Plenário desta Corte, o qual referendou tal possibilidade, ao apreciar o MS nº 27.236-AgR/DF, relator o Ministro **Ricardo Lewandowski** (DJe de 30/4/10), cuja ementa assim dispõe, na parte em que interessa:

‘(...) Nos termos do art. 205 do Regimento Interno do STF, pode o Relator julgar monocraticamente pedido que veicule pretensão incompatível com a jurisprudência consolidada desta Corte, ou seja, manifestamente inadmissível. IV - Agravo regimental improvido. ‘

III - Dispositivo

Ante o exposto, na linha da jurisprudência desta Corte, nego seguimento ao mandado de segurança (art. 21, § 1º, RISTF).

Publique-se.

Brasília, 27 de agosto de 2012.”

Arguem os recorrentes que a decisão embargada, embora tenha afastado quase todos os fundamentos do presente mandado de segurança, foi omissa quanto à questão posta no item VI da petição inicial. Cuida-se de alegação de defeito no decreto expropriatório, por “inexatidão na descrição do bem objeto da declaração de interesse social”. Segundo os impetrantes, o decreto do Presidente da República, de 21 de novembro de 2002, declarou de interesse social, para fins de reforma agrária, apenas o imóvel sob a matrícula nº 15.940, não obstante fizesse referência à totalidade da “Fazenda Floresta”, de 928,90 ha. Esse vício

MS 24486 ED / DF

acarretaria a nulidade do decreto e teria, inclusive, sido admitido pelo próprio Presidente da República, que “fez publicar novo decreto expropriatório, retificando o anterior, para incluir no mesmo, o imóvel objeto da matrícula 15.939”. Daí requerer que, suprida a omissão, confirmem-se efeitos modificativos aos embargos para, ao final, conceder a segurança pleiteada.

É o relatório.

04/04/2013

PLENÁRIO

EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 24.486 DISTRITO FEDERAL

VOTO**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Preliminarmente, recebo o presente inconformismo como agravo regimental, nos termos da pacífica jurisprudência desta Corte acerca do tema, segundo a qual não se admitem embargos de declaração contra decisão monocrática de relator (MS nº 21.888/DF-AgR, Relator o Ministro **Francisco Rezek**, DJ de 17/6/94; e Pet nº 1.245/SP, Relator o Ministro **Moreira Alves**, DJ de 22/5/98, ambos julgados pelo Pleno). Nesses termos, passo a apreciá-lo.

Tenho que o recurso não merece provimento. É que nunca houve dúvida acerca do imóvel objeto de desapropriação. Desde o procedimento administrativo a cargo do INCRA até o processo judicial, a desapropriação recaiu sobre a totalidade da “Fazenda Floresta”, de 928,90 ha. Assim é que, no relatório agrônômico de fiscalização, o imóvel é identificado em sua área total (fl. 620), com expressa referência às matrículas nº 15.939 e 15.940 (fl. 621). O mesmo ocorre, como destacou o Advogado-Geral da União à fl. 991, nas sentenças que julgaram procedente o pedido de desapropriação. Ademais, os próprios impetrantes reconheceram, na petição inicial (fl. 8), que “o INCRA promoveu a vistoria conjunta de ambos os imóveis, como se fosse um único imóvel, uno, indivisível”.

Como se vê, o Decreto do Presidente da República, de 21 de novembro de 2002, não deixou de individualizar adequadamente o imóvel objeto da declaração de interesse social para fins de reforma agrária. Tanto que indicou a “Fazenda Floresta, com área de novecentos e vinte e oito hectares e noventa ares” e fez referência ao Processo INCRA/SR-08/nº 54190.000329/2002-80. A alusão apenas à matrícula nº 15.940, omitindo a de nº 15.939, constituiu mero erro material, devidamente sanado pelo Decreto de 8 de novembro de 2005.

Ante o exposto, recebo os presentes embargos de declaração como

MS 24486 ED / DF

agravo regimental, mas a ele **nego provimento**.

04/04/2013

PLENÁRIO

EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 24.486 DISTRITO FEDERAL

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Senhor Presidente,
fico vencido quanto à conversão. No mais, acompanho o relator.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. EM MANDADO DE SEGURANÇA 24.486

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

EMBTE.(S) : EDMÉA CARVALHO AFFONSO E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : ATHEMAR DE SAMPAIO FERRAZ JÚNIOR E OUTRO(A/S)

EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencido o Ministro Marco Aurélio, recebeu os embargos de declaração como agravo regimental e a este, por unanimidade, negou provimento, tudo nos termos do voto do Relator. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausentes, neste julgamento, os Ministros Gilmar Mendes e Cármen Lúcia, e, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Teori Zavascki. Plenário, 04.04.2013.

Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux e Rosa Weber.

Vice-Procuradora-Geral da República, Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira.

p/ Carlos Alberto Cantanhede
Secretário